Denúncias, e não comemorações, marcam a Semana do Índio, que hoje se inicia. A questão da terra está no centro. Tanto que o tema da campanha deste ano é "Terra é Vida". A semana ainda encontra, sem solução, a crise dos Txucarramãe, do Alto Xingu, que querem uma faixa de 15 km mas exigem, também, o direito de viver em paz, que é negado às nações indígenas desde que o primeiro português chegou aqui.

Agora, a dominação é mais sutil — e nem por isso menos violenta — já que o índio perde cultura e identidade, chegando, muitas vezes, a uma "caricatura de civilizado". Visto como um obstáculo, já que detém terras cobiçadas, o índio começa a se organizar em torno da União Nacional dos Índios — UNI, realizando assembléias regionais e nacionais, como o recente encontro que lotou o plenário de sua comissão na Câmara Federal. E, ameaçado ora por uma duvidosa emancipação, ora por uma "absoluta incapacidade", o índio tenta uma caminhada ainda hoje tão difícil quanto a de Uirá em busca de Maíra.

> Reportagem de Paulo Roberto Ferreira

Incapacidade absoluta, a mais nova ameaça

Num dos assuntos que consumirá a maior parte do tempo dos debatedores da questão indigena será o texto do projeto de lei nº 634-A/75 que propõe a reformulação do Código Civil Brasileiro. De iniciativa do Poder Executivo, o ante-projeto vai alterar substancialmente a condição jurídica das comunidades indígenas. No artigo 3º está previsto que os índios serão considerados "absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil".

O grande questionamento das lideranças indígenas e das entidades que as apoiam está respaldado no Código Civil que está em vigor. E que no seu artigo 6º assegura que os índios são apenas "relativamente incapazes a certos atos ou à 🖟 maneira de exercê-los". A antropóloga Jane Beltrão, do Departamento de Etnologia da Universidade Federal do Pará, esclarece que a diferença não é tão sutil como parece e também não é apenas uma guestão de semântica. Explicou que o objetivo principal dessa investida é tentar silenciar as nações indígenas que estão reivindicando o direito de se auto-determinarem.

Incapazes

Jane Beltrão disse que atualmente os índios são considerados apenas relativamente incapazes, podem tomar a iniciativa de se defender das agressões do branco sem que necessariamente tenham que recorrer ao apoio do Estado. Como exemplo, ela citou a questão da terra. Quando as reservas são invadidas, além de exigirem que a Funai os defenda, podem ingressar na Justiça através de advogado para reclamar seus direitos. Mas se forem considerados absolutamnete incapazes, terão que depender unicamente da Funai, que é o órgão de tutela dos índios.

E todos sabem — prossegue ela que a Funai não garante os direitos dos índios. Por outro lado a antropóloga da UFPa considera que a aprovação do novo Código significará um atentado aos direitos humanos e uma díscriminação ao direito de existência de pessoas etnicamente diferentes. Ela mostrou que ser considerado absolutamente incapaz significa colocar os índios em igualdade com os retardados men-tais e menores de 16 anos. Jane Beltrão exemplifica que, pela legislação proposta, os indios gaviões, da reserva Mãe Maria, no sul do Pará, nunca poderiam ter contratado advogados para exigir a indenização de suas terras, cortadas pela Eletronorte para a passagem da linha de transmissão da usina hidrelétrica de Tucuruí.

Emancipação

Jane chama atenção para o inciso IV do artigo 3º do ante-projeto do Código, que ora tramita na Câmara Federal. Este inciso prevê que os "silvícolas são absolutamente incapazes nos termos da legislação especial". Ora a legislação especial em vigor é a lei 6.001/73, o Estatuto do indio, que provavelmente

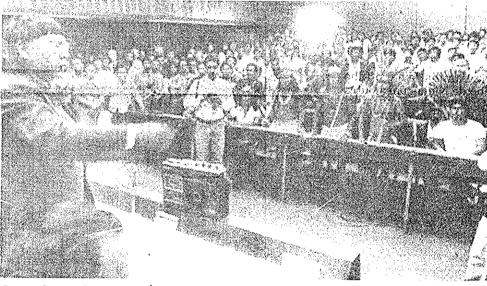


Índio brasileiro ainda à espera do dia de festa

terá que ser alterado. Mas paralelamente ao Código ja tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 2465/83, de autoria do deputado João Batista Fagundes, do PDS de Roraima, que objetiva acabar com a tutela da Funai sobre os índios.

Este projeto poderia parecer, a primeira vista, altamente interessante para índios. E até mesmo uma forma de resistência à proposta do novo Código Civil. Entretanto, a emancipação dos índios esconde outros objetivos, entende Jane Beltrão. "Na realidade trata-se de duas faces da mesma moeda pois sob a tutela absoluta da Funai índios não poderão reivindicar livre mente os seus direitos. Já emancipados, se tornarão facilmente vulneráveis aos interesses capitalistas" A questão da terra é o exemplo. A emancipação serviria para fazer o indio vender suas terras para os poderosos grupos econômicos. Mas a antropóloga lembra que a posse da terra é do grupo tribal e não de um índio individualmente. E com o desaparecimento da nação indígena as terras ficam livres e passam a ser incorporadas ao patrimônio da União.

Por outro lado as nações que hoje incomodam a Funai, como os xavantes, caiapó, guajajara, gaviões, poderão ser emancipadas, assim como as lideranças indigenas que mais se destacam, como o deputado Mário Juruna e os integrantes da UNI (União Nacional do índio).



Juruna fala na Comissão do Índio da Câmara Federal, com o plenário lotado dos participantes do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas do Brasil. (Telefoto O Globo — Luiz Antônio).

Perdendo a identidade e acumulando roupas

A introdução exagerada de uma série de novos costumes, hábitos e formas de viver do homem branco nas aldeias dos índios Parakanã poderá criar algumas consequências imprevisíveis para aquele povo. Quem diz disto é o antropólogo Antonio Carlos Magalhães, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi e chefe da assessoria antropológica contratada pela Companhia Vale do Rio Doce para atuar junto aos indios Parakanã.

Como exemplo deste exagero ele cita que a Funai (Fundação Nacional dos Índios) prioriza coisas que não tem grande importância para os índios. E que, ao contrário, pode até criar-lhes motoserras, lanchas, etc. "A motoserras não é uma coisa ruim em si, mas a forma de utilização é que eu critico", afirma Antonio Carlos. Ele contou que os indios não são orientados e a toda hora vivem cortando as arvores que vão encontrando pelo caminho. Além do desenquilíbrio ecológico que este tipo de máquina causa quando não é utilizada corretamente, ainda existe o problema de conserto e de reposição de peças, que não estão facilmente a disposição do índio, alerta o antropológo.

Exageros

A presença de um número exagerado de pessoas brancas trabalhando dentro das aldeias é outro problema que Antônio Carlos critica. Ele não vê necessidade, por exemplo de técnicos agrícolas nas aldeias. Os índios Parakanã são, além de coletores de castanhas (Castanha do Pará), agricultores acostumados a trabalharem com roças familiares. Mas a Funais está pretendendo introduzir "roças coletivas", um costume muito comum entre outras tribos indígenas. Evidentemente que a experiência tende a não dar certo "Os Parakanã, explica, embora trabalhem a roça de forma individualizada, a produção de cada família circula por toda a aldeia". Da mesma forma como a caça. A carne de qualquer animal que um indio caçe sozinho, será distribuida por todos os que estiverem necessitando de alimento.

Afora estes exageros, o assessor da Vale do Rio Doce acha até "natural" a substituição de instrumentos de trabalho, costumes e hábitos dos brancos. Ele diz que essa substituição começa ainda na fase de atração dos índios arredios. Normalmente as frentes de atração da Funai deixam muitos presentes para os índios. Presentes que vão do machado até as miçangas. Ele esclarece que o trabalho de atração, ainda na fase de "namoro", é muito difícil, mas não vê necessidade de se distribuir tantas miçangas, cartuchus de balas, roupas e calçados. Ele entende que o mais produtivo seria atrair os indios, por exemplo, com uma boa roça, onde ele pudesse encontrar uma certa variedade de produtos alimentícios.

Cheios de roupa

Uma coisa que está preocupando a equipe de antropólogos que está trabalhando junto aos indios Parakanã é o uso que o índio faz da roupa. Quando ainda vive sem contato com o branco, o indio Parakanã anda totalmente nu, inclusive as mulheres, que ao contrário de outros povos, não usam nem mesmo algum tipo de tanga ou qualquer adere-co no corpo. Mas a partir do contato com as frentes de atração da Funai, passam a usar shorts e as mulheres querem vestidos. E agora os Parakanã estão usando atualmente até três calções, um por cima do outro. Pior que isto é que eles não têm o bábito de lavar roupa e usam as peças até que elas aprodeçam. Os antropologos estão bastante preocupados que isto possa causar um grande problema de saúde pública para toda a aldeia, já que os indios são bastantes resistentes a substituição de um short velho e sujo por outro novo. Eles preferem vesti cima do outro.

A maioria das pessoas que está trabalhando com os índios Parakanā nunca teve antes uma experiência com uma comunidade indígena e nem sequer foi preparada para isto, garante Antonio Carlos. Ele contou que só na aldeia que fica próximo do rio Paranati (município de Tucuruí) existem atualmente 11 pessoas para um total de 137 índios. Ele acha o número exagerado e entende que o número ideal deveria ser cinco. Além do pessoal da Funai, está na aldeia o pessoal contratado pela Vale do Rio Doce, sendo um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um motorista (também piloto de barco), um braçal e um técnico agrícola.

Ele faz restrição também ao trabalho executado pelos enfermeiros, que em sua maioria nunca tiveram uma experiência anterior com comunidade indígena. Já houve casos em que uma enfermeira aplicou uma dose de injeção de Aralém e uma criança morreu na hora. Os pais da criança quase matam a enfermeira, mas ele ressalva que as próprias enfermeiras trabalham em condições precárias e muitas vezes recebem orientação de como proceder com um doente átravés de rádio, já que o médico, via de regra, vive percorrendo outras aldeias. Mais grave do que isto é a substituição da "cura tradicional" pela medicina moderna. Antonio Carlos tem observado que o índio Parakanā praticamente abandonou qualquer tipo de cura por pajelança. Éle entende que haveria necessidade de se conciliar a cura tradicional com a medicina moderna desde que houvesse uma preocupação em conhecer as formas de automedicação feita pelos próprios indios.



🔏 Belém, segunda-feira, 23 de abril de 1984

Índio brasileiro ainda à espera do dia de festa (continuação)

O incerto futuro: piloto de avião ou mendigo?

"A tendência é o índio se integrar à sociedade envolvente. O índio não pode passar a vida inteira no primitivismo, como querem os antropólogos. Ele deve ser lavrador, comerciante, médico, etc. Nós aqui na Funai conhecemos índio que hoje é piloto de avião, advogado, enfermeiro, enfim, está em todas as profissões. Tem até deputado, veja o Mário Juruna". Este é o entendimento da delegada substituta da Funai em Belém, Zélia Salgado, em relação ao futuro do índio brasileiro.

Por isso ela não acredita que os indios que estão sob influência do Projeto Ferro Carajás passem a se constituir numa população marginal e acabem mendigando pelas margens das estradas. Zélia explicou que existe bastante dinheiro (13,6 bilhões de dólares) e que durante os 5 anos de duração do Projeto, será introduzida nas aldeias uma série de serviços, obras e máquinas que permitirão a auto-suficiência dos índios. Como exemplo ela cita que estão sendo introduzidas serrarias, olarias e roças para cultivo de arroz, mi-



iho e outras culturas. Além disto ela lembrou que na área do Projeto Ferro Carajás reservas indígenas são riquissimas em castanhais nativos, o que permite aos índios trabalharem na coleta da castanha.

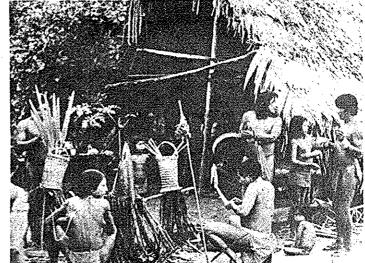
Supervisão

A delegada esclareceu que a comercialização da castanha é feita diretamente pelos índios e que à Funai, cabe apenas o papel de supervisionar a operação comercial a fim de evitar que o índio seja enganado. Zélia Salgado afirmou que até o final do Projeto Ferro Carajás todas as cinco reservas que ficam no Estado do Pará, estarão demarcadas. "A Funai é a favor da demarcação das terras dos índios. O que falta é dinheiro", explicou ela ao responder a uma pergunta sobre o não cumprimento do Estatuto dos Índios, que

previa que todas as terras indígenas deveriam estar demarcadas de 1973 até 1978.







Já estão demarcadas as reservas Mãe Maria (gaviões), Cateté e Sororó. E segundo Zélia Salgado, até o final deste ano estarão sendo demarcadas as reservas dos índios Parakanã e Marudjewara. Ela contou que os recursos repassados pela Vale do Rio Doce para assistência às comunidades indígenas da área do Projeto Ferro Carajás serão empregados para dar assistência e equipar os postos indígenas, com a aquisição de barcos, motores, lanchas voadoras, tratores, caminhões; implantação de escolas, contratação de professores e profissionais da área de saúde pública. Até equipamento de energia solar está sendo introduzido

A delegada garantiu que todo o pessoal que está sendo contratado pela Funai para trabalhar nas áreas indígenas é especializado e recebe treinamento adequado quando não tem nenhuma experiência anterior.

Uma equipe de campo da Funai, segundo Zélia Salgado inclui médico, enfermeiro, professora, atendente, braçal, técnico agrícola e pessoal de escritório. Ela garante que os novos equipamentos introduzidos nas aldeias não são entregues diretamente aos índios mas aos chefes de postos e os índios só passam a operar com uma motosserra, por exemplo, após receber treinamento e orientação de uso e manuseio das máquinas.

A cruz e a espada se disfarçam, mas o efeito é igual

"O interesse do Banco Mundial faz parte de uma estratégia de ocupação da área". E assim que a antropóloga Edna Maria Souza Damasceno, integrante do Conselho Indigenista Missionário, explica a posição do Banco Mundial, que equem financia o Projeto Ferro Carajás, explorado pela Companhia Vale do Rio Doce. Já o antropólogo Antonio Carlos Magalhães, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi chefe da equipe antropológica da Vale, explicou que a condição para o Banco Mundial financiar o projeto foi a existência de um programa que garantisse o fortalecimento das comunidades indígenas.

Contudo, ele esclareceu que, como antropólogo, entende que a preocupação é apenas de "imagem" da instituição financeira. Antonio Carlos disse que os efeitos negativos seriam muito grandes se o nome do Banco Mundial fosse associado à prática de genocídio indígena no Brasil. Por isso foi criado o "Projeto Ferro Carajás": apoio às comunidades indígenas", concebido em 1982 e que tem a duração de cinco anos. Vai beneficiar 14 aldeias incluídas na área de influência do Projeto Grande Carajás, localizado no sul do Pará, nor-

te de Goiás e centro-oeste do Maranhão.

O projeto já foi implantado mas encontra sérias restrições por parte do pessoal que atua no Cimi. Edna Damasceno diz que é próprio do regime capitalista garantir a execução dos seus projetos econômicos mesmo que no caminho estejam comunidades indígenas. "O índio só é pensado a partir da execução do projeto, e assim mesmo como um obstáculo que precisa ser transposto. Nunca se muda um projeto por causa da presença do índio. Ao contrário, o índio é que precisa mudar de lugar e tem que se submeter as novas condições dos dominantes".

Demarcação

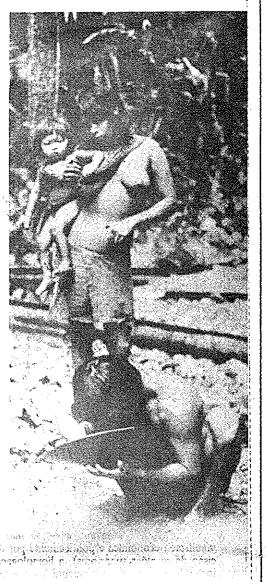
Já Antônio Carlos Magalhães, embora concorde no gera de vista, acredita, que depois do fato consumado não há mais como opor resistência. "A preocupação agora é saber como utilizar esse dinheiro em benefício do próprio índio", diz. Um exemplo disto é a questão da demarcação da terra. No caso dos índios Parakanā, a grande luta tem sido para que a Funai faça a demarcação da reserva, que mede 319 mil hectares. Ele disse que já houve muita divergência com o pessoal das diversas diretorias da Funai por causa dessa questão. Já houve tentativas de mudança do local e de redução da área. Mas a tudo isso houve resistência e ao que tudo indica a de-

marcação deve sair dentro de pouco tempo, já que até recurso está alocado. A demarcação reserva do Parakanã vai custar cerca de 200 mil dólares, conforme está previsto no projeto original.

Ameaças

Mas mesmo com a demarcação; não existe garantia de que as terras indígenas não serão invadidas. A proximidade das estradas e a presença de lavradores, coletores de castanha, garimpeiros, projetos agropecuários e minerais, são uma constante ameaça para a sobrevivência do índio enquanto grupo tribal. Uma publicação do Cimi ("O Projeto Carajás e as suas consequências para as populações indígenas") chama a atenção para isto.

Diz um trecho do documento: "O Projeto Ferro Carajás entra nas aldeias como um caterpilar num jardim, destruindo, arrancando e substituindo. E a luta maciça para arrancar os povos índios de suas defesas e convertê-los ao nosso sistema. São as missões modernas, não se apresentando mais com a



cruz e a espada, mas com os atrativos de nossa civilização e criação de infraestruturas e mecanismos que geram dependência irreversível". Em outro ponto o documento assinala que "além do contato com pessoas estranhas à vida e ao costume da aldeia, a política do projeto prevê a preparação e utilização de mão de obra indígena. Com isso teremos assalariados e não assalariados entre os índios de uma mesma aldeia".

"Neste caso o costume tradicional da troca vai desaparecer e o índio passará a pensar no lucro, que até então ele desconhecia. O aproveitamento da sua riqueza já não será mais coletivo, mas individual. E com a introdução da infraestrutura prevista no projeto, o objetivo é substituir a economia de subsistência da população indígena por uma economia capitalista de mercado", concluiu Edna Damasceno.